

Bancos liberam US\$ 600 milhões ao Brasil

ROBERTO PENTEADO

O Brasil vai receber na quinta-feira a parcela de 600 milhões de dólares dos bancos privados que deveriam ter sido liberados em dezembro, como resultado do acordo de reescalonamento da dívida externa firmado em setembro passado com um valor total de 5,2 bilhões de dólares.

Destes recursos, 4 bilhões de dólares seriam rotados, enquanto o Brasil receberia 1,2 bilhão de dinheiro novo. O desembolso dos primeiros 600 milhões não ocorreu na data prevista porque o Brasil ficou tecnicamente em default para com o Fundo Monetário Internacional (FMI), pois não conseguiu cumprir a primeira meta trimestral de desempenho acertada em julho.

Depois, surgiram mais problemas com o Plano Verão e a suspensão, decidida pelo Ministério do Planejamento, das operações de relending (reemprestimo), além da retenção, pelo Banco Mundial, de um empréstimo de 500 milhões

destinado ao setor elétrico, em função da incorporação de parte da Nuclebrás, empresa encarregada de construir centrais nucleares, pela Eletrobrás.

O Brasil teve de negociar com o comitê de bancos credores dois waivers (perdão) pelo descumprimento destas duas cláusulas e pagou ainda 460 milhões de dólares de juros vencidos desde 15 de março que estavam atrasados. Este pagamento garantiu o desembolso de 600 milhões dos bancos.

NEGOCIAÇÃO

O acordo para a liberação dos 600 milhões foi negociado por uma missão brasileira chefiada pelo secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral.

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega havia comunicado aos comitês de bancos credores, durante a reunião do conselho-diretor do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no mês passado, na Holanda, que o Brasil só pagaria os juros caso recebesse simultaneamente a primeira

parcela de dinheiro novo, os 600 milhões de dólares.

Isto acabou não acontecendo, pois os credores aceitaram dar os dois waivers mas afirmaram que não fariam qualquer desembolso antes de o Brasil pagar todos os atrasados. Segundo Sérgio Amaral, o resultado das negociações acabou sendo satisfatório para ambos os lados, pois o Brasil pagou os juros atrasados antes do desembolso, mas conseguiu garantir o recebimento dos recursos.

A posição de barganhar o pagamento dos juros pela liberação da primeira parcela de dinheiro novo era a única opção que restava ao Brasil, pois as negociações do acordo stand by com o FMI e das metas econômicas para esse ano estão encontrando dificuldades na área do controle e da definição do déficit público. Caso os juros fossem pagos sem nenhuma garantia do recebimento dos recursos e o acordo com o FMI demorasse a vir, o País correria o risco de só ter estes recursos em caixa após o sinal verde do Fundo.